

Vinente dos Santos, Fabiane

Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1895-1915)

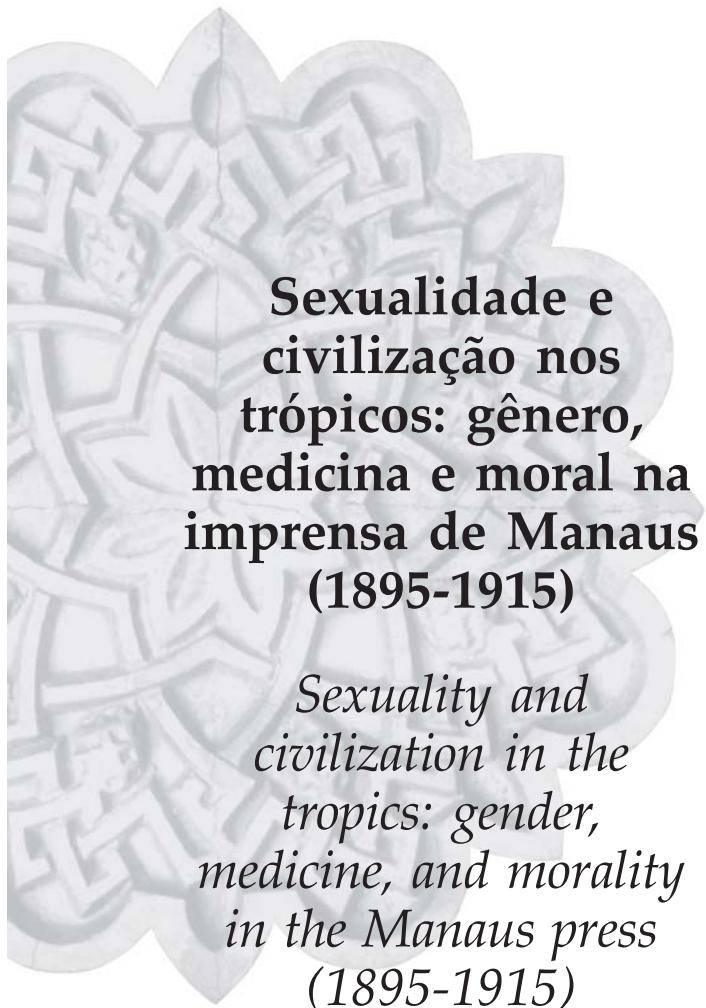
História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 14, diciembre, 2007, pp. 73-94

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138030004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1895-1915)

Sexuality and civilization in the tropics: gender, medicine, and morality in the Manaus press (1895-1915)

Fabiane Vinente dos Santos
Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane
Fundação Oswaldo Cruz
Rua Teresina, 476 – Adrianópolis
69057-070 Manaus – AM – Brasil
bia@amazonia.fiocruz.br

SANTOS, Fabiane Vinente dos. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1890-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, suplemento, p.73-94, dez. 2007.

Com base em análise do conteúdo dos jornais editados em Manaus no período de 1895 a 1915, o artigo busca relacionar o projeto de civilização das elites locais, influenciado pelos ideais positivistas, à preocupação caracteristicamente moderna com o corpo e a sexualidade da mulher, em um contexto sócio-histórico de consolidação do pensamento científico e das tecnologias que tinham no corpo seu objeto de intervenção, de que são exemplos as descobertas da medicina no tratamento das chamadas ‘doenças venéreas’ e a adoção pelo poder público do papel de regulador moral.

PALAVRAS-CHAVE: Manaus; gênero; sexualidade; jornais; representações sobre mulheres.

SANTOS, Fabiane Vinente dos. Sexuality and civilization in the tropics: gender, medicine, and morality in the Manaus press (1895-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, supplement, p.73-94, Dec. 2007.

Based on an analysis of material from newspapers published in Manaus from 1895 to 1915, the article examines the links between the local elites' civilizing project, which was influenced by positivist ideas, and the characteristically modern concern with woman's body and sexuality. This social and historical context saw the affirmation of scientific thought and of technologies that target the body as an object of intervention; examples of these are medical discoveries in the treatment of so-called venereal diseases and the government's assumption of the role of moral regulator.

KEYWORDS: Manaus; gender; sexuality; newspapers; representations of women.

¹ A cidade de Belém passou por processo parecido na gestão de Antônio Lemos, na primeira década do século XX.

² Igarapé é o termo regional amazônico, oriundo do *nheengatu*, utilizado para designar pequenos cursos de água de pouca profundidade que interligam rios e canais na bacia amazônica.

³ Caracterizada desde os primórdios da colonização por uma economia fundamentada no extrativismo e na agricultura de subsistência, a Amazônia viu-se, no final do século XIX, como um dos alicerces da revolução industrial européia. Embora a borracha (*Hevea brasiliensis*) já fosse utilizada na fabricação manufaturada de produtos como sapatos, bolas e seringas, clandestinamente transportados em pequena escala para a Europa desde o final do século XVIII, foi somente com o desenvolvimento de técnicas de otimização da matéria-prima, como o processo de vulcanização desenvolvido em 1844 por Goodyear, que encontrou seu nicho definitivo na pauta de exportações brasileiras tornando-se, junto com o café, o maior produto nacional (Souza, 1998).

Assim como outras cidades que reuniam condições econômicas para tal, Manaus sofreu uma reforma urbana de grande monta a partir do último quartel do século XIX. Tal Paris no período entre 1853 e 1870, com as reformas urbanísticas do barão Haussmann (Ortiz, 1991, p.21), ou a cidade do Rio de Janeiro, com o ‘botabaixo’ do prefeito Pereira Passos a partir de 1904, as ‘cidades na selva’ (Belém e Manaus) estavam sintonizadas com uma tendência geral nas cidades ocidentais: o processo de urbanização e a elevação das cidades a centro da vida social.¹

No caso de Manaus, o que chama a atenção neste processo é a sua celeridade. Manaus só ganhou *status* de vila em 13 de novembro de 1832, quando a denominação tradicional do povoamento, Lugar da Barra, foi substituída por Vila da Barra, que passou a sediar definitivamente a capitania de São José do Rio Negro. Se levarmos em conta que na década de 1860 Manaus já começava a sofrer a implantação de uma nova dinâmica urbana, isto significa que, em um espaço de pouco mais de vinte anos, decorreu um processo acelerado de urbanização, com radical transformação da malha urbana, aterro de vários igarapés² e construção de edifícios públicos, culturais e residenciais que modificaram definitivamente a paisagem da cidade, outrora tomada de casebres de palha e ruas de barro. Esse não foi um processo isolado, mas articulado com outros eventos externos e internos, como a proclamação da República e o nascimento de uma ideologia civilizadora nascida não apenas em decorrência da borracha, mas de um projeto de sociedade que já vinha se delineando desde o Império (Daou, 1998).

O período de 1895-1915, alvo de nossas atenções neste artigo, coincide com o incremento do capitalismo mercantil na região através dos altos lucros obtidos pela venda da borracha no mercado internacional³, cuja expansão transforma Manaus repentinamente numa ‘metrópole das selvas’. Entre as consequências dessa transformação está a circulação em Manaus e em outras regiões amazônicas – como Belém e algumas cidades no Peru, Bolívia e Colômbia – de um volume de capital nunca visto, trazendo a reboque o aumento desmesurado das imigrações, a ascensão da ideologia liberal no quadro político do republicanismo, as já citadas reformas urbanas e a formação de uma elite ‘gomífera’, cujo enriquecimento rápido proporcionou a elaboração de um projeto de sociedade no qual a riqueza, a beleza e o progresso caminhariam juntos na idealização de um espaço urbano com arquitetura clássica, conhecida na historiografia local como a ‘*Belle Époque* amazônica’.

O termo *Belle Époque* foi cunhado na França, ainda no século XX, para denominar o período compreendido convencionalmente entre os anos de 1880 e 1914 (Ortiz, 1991). Na Europa o termo foi associado a situações críticas em diversos setores sociais: crise nas instituições tradicionais, crises financeiras, crise nas crenças reli-

giosas. Mesmo assim, foi guardado na memória do Ocidente como a era do desejo pelo belo, da nostalgia permanente – tão característica da modernidade! –, que proporcionou o resgate da estética clássica greco-romana, expressa na popularização da arquitetura e da arte. A *Belle Époque* caracterizou-se ainda pela institucionalização e valorização de modelos de conduta de civilidade, os “signos de civilização”, como denomina Norbert Elias (1995), nascidos a partir do desenvolvimento da vida urbana e dos valores ocidentais, aos quais podemos adicionar as posturas em relação à sexualidade como experiência e vivência.

A moral sexual, regulada pela Igreja desde o processo de cristianização do Ocidente até depois do Renascimento, começou a sofrer um outro tipo de controle, baseado não mais no sentido religioso mas em pressupostos originados na moral social, o que repercutiu na instituição do modelo heterossexual monogâmico de família burguesa. Carneiro (2000, p.21) chama a atenção para a força desse modelo, que por ser tão característico da civilização ocidental não chegou a ser contestado nem mesmo pelos autores mais críticos da herança cultural cristã, como Engels e Freud.

As sexualidades fora do modelo hegemônico, aquelas chamadas ilegítimas (Foucault, 1998, p.10) por não poderem ser subsumidas foram ocultas, circunscritas a “circuitos de produção do lucro”, no dizer de Foucault: os bordéis e as zonas de meretrício, onde o sexo teria liberdade para fornecer prazer, já que este estava excluído da esfera conjugal. Em Manaus não seria diferente; a cidade não se contentaria só com o amor casto e idealizado dos folhetins. Logo surgiram os *rendez-vous*, as casas de tolerância e os espaços do prazer que persistem até os dias atuais, como a praça dos Remédios e a rua Costa Azevedo. Manaus emergiu sob o signo da satisfação dos desejos e da inebriação dos sentidos porque riqueza e luxúria se misturam: há no poder e no dinheiro um forte elemento erótico.

O espaço também funciona como um marcador social, caracterizando quem nele circula interagindo com papéis e práticas individuais. Roberto DaMatta (2000) postula a importância dos espaços como marcadores sociais que, independentemente das biografias individuais, constroem suas historicidades próprias, emoldurando a vida social. A sexualidade impõe-se de forma definitiva na clivagem das mulheres a partir dos seus espaços de circulação e do exercício de sua sexualidade, algumas no espaço doméstico – no papel de esposas, mães e filhas –, enquanto outras, que não se enquadram nesses modelos, na rua, rompendo desta forma com o modelo que enquadra a mulher no âmbito interno e o homem no externo.

Em *A vontade de saber*, Foucault (1998) rejeita a chamada hipótese repressiva, que traduz o discurso sobre sexo a partir do século XVII como exclusivamente proibitivo. Para ele, proibição e repressão nada mais eram do que tentativas de o homem moderno apro-

priar-se do seu sexo, conhecê-lo e esquadriinhá-lo, transformando-o em base da questão da ‘verdade’. O sexo teve de ser apropriado no nível da linguagem, controlado em sua circulação como discurso, banido das coisas ditas. Foram extintas as palavras que o tornavam presente de maneira demasiadamente sensível, e caracterizou-se uma censura traduzida na formulação de termos específicos – a maioria da medicina – para denominar as partes sexuais do corpo e comportamentos a elas relacionadas. No entanto o efeito de todo esse cuidado foi exatamente o inverso do esperado: ocorreu uma verdadeira ‘explosão discursiva’ sobre o sexo, que encontrou na ideologia burguesa terreno fértil para desenvolver-se sob uma nova forma de tecnologia social presente nos mecanismos de reprodução social – a escola, a medicina, o direito, a comunicação.

Tornar-se-ia quase impossível expressar as transformações ocorridas no pensamento social no período sem fazer uso do termo burguesia, tomado aqui na acepção de determinado *éthos* cultural, tal como o fez Peter Gay (1988). Para esse autor, a chamada cultura burguesa está relacionada a um modo de conceber o mundo, muito particular dos segmentos médios urbanos no final do século XIX e início do seguinte, com a ascensão da ideologia liberal, do positivismo e do republicanismo, bem como a valorização de hábitos e posturas de distinção meritocráticas, a exemplo da leitura dos clássicos, do domínio de outros idiomas como latim e francês, além da reificação da ciência e do empirismo como formas de explicar o mundo e os fenômenos.

Daou (set. 2000), ao analisar a constituição das elites em Manaus no século XIX, constata os efeitos da força da cultura burguesa que servia como base para a construção da nova sociedade manauense na fluidez das hierarquias, característica de uma situação de fronteira na qual elementos como a tradição dos nomes familiares encontrava-se quase ausente. A ascensão do que pode ser entendido como uma burguesia local deu-se de forma diferente dos fenômenos relacionados na Europa ou em outras partes do Brasil, mas nem por isso as ideologias características da burguesia estiveram ausentes do mosaico de idéias característico desse segmento, como é o caso do positivismo.

O jornal como meio de comunicação exerceu importante papel político-ideológico na catequização cultural da elite da borracha para se adequar aos novos tempos. Na busca pelo resgate de ideologias de outras épocas, os periódicos de notícias foram um espaço de pregação dos novos ideais, porque neles a sociedade expressava suas questões mais presentes. Nossa preocupação será buscar, nesse quadro social, elementos para uma análise dos discursos engendrados sobre a mulher e sua sexualidade no âmbito de uma cidade que emergia no dilema da relação conflituosa entre natureza e cultura. Empreendemos uma viagem pelos jornais editados em Manaus

no período de 1895 a 1915, selecionados de acordo com a presença de referências à vida social relacionada à sexualidade feminina. Mais especificamente, debruçamo-nos nas menções ao corpo feminino, às doenças de transmissão sexual e ao papel da medicina.

Os desafios da civilização: a saúde na capital da província

Na passagem do século XIX para o XX, se por um lado predominava em Manaus a crença no progresso, característica do período, por outro os problemas sociais aumentavam de proporção revelando a face cruel da exclusão social. Nesse contexto as moléstias tropicais constituíam o maior problema de saúde na cidade, no final do século XIX. A rápida expansão urbana modificou radicalmente a paisagem local e ações como o aterro de igarapés e o desmatamento de grandes e pequenas porções de terra levaram à convivência da população com vetores de doenças. O resultado foi o aumento da incidência do paludismo, também conhecido como febre palustre ou malária, que juntamente com a leishmaniose foram os grandes flagelos, entre as doenças tropicais, e ameaçaram a estabilidade da já escassa mão-de-obra dos seringais, e desta forma a própria sustentabilidade regional.

Oswaldo Cruz (1972, p.147), em relatório sanitário de 1913 sobre a região, afirmava: “O duende do Amazonas é o impaludismo. Caminha-lhe ao lado, prestando mão forte, matando pouco, mas inutilizando enormemente, a leishmaniose, nas suas diferentes manifestações: a ferida brava dos seringueiros.”

A incidência de moléstias tropicais tornava de grande importância a figura dos médicos, já que, em tese, sua intervenção viabilizaria o projeto de civilização em meio aos perigos sanitários dos trópicos. Com efeito, a missão civilizadora dos médicos repercutiu na formulação de um projeto de sociedade que incluía não apenas a organização das instituições como também a produção de indivíduos saudáveis, a fim de obter-se uma nação verdadeiramente sã. Martins (2004) chama a atenção para o fato de os médicos constituiram, na época, juntamente com os bacharéis de direito, a elite pensante do país, tendo estabelecido amplo poder de intervenção social nas mais diversas áreas.

Apesar de Manaus ter sediado a primeira faculdade brasileira – a Escola Livre de Manáos, fundada em 1902 –, não havia na cidade cursos de medicina e os médicos locais eram importados da Bahia ou de outros pontos do território. Com a estruturação dos serviços urbanos e a decorrente formação de nichos de especialização, surgiram na cidade os primeiros médicos dedicados ao tratamento de ‘moléstias de senhoras’. Nos jornais aparecem os anúncios dos primeiros de uma série de profissionais que se propunham a tratar do corpo feminino em situações liminares como o parto, acrescentando

a essa ‘especialidade’ outras de tipo diverso: “O Dr. Galdino Ramos mudou a sua residência para o Largo São Sebastião, n. 8, continua a dar consultas na Pharmácia Galeno, das 9 às 10 horas da manhã, e na Drogaria Commercial, das 10 às 11. Especialidades: partos, vias urinárias, syphilis e moléstias de creanças” (A Tribuna, 19 jan. 1911). Anúncios como o do doutor Galdino, um dos vários médicos que anunciam seus serviços nos jornais, são particularmente interessantes, pois identificam esses profissionais como especialistas em partos, sífilis e moléstias de crianças, três formas de falar dos principais desafios da medicina da época.

Donzelot (1986) lembra dois aspectos importantes para a discussão da medicalização do corpo feminino: o primeiro é a maneira pela qual o processo de afirmação do saber médico se instaura, apoiado em uma categoria nascida com a burguesia: a unidade familiar. A mulher burguesa foi, segundo Donzelot, a grande aliada dos médicos no processo de medicalização da família. Essa aliança baseava-se inicialmente no cuidado com as crianças, em recomendações de puericultura que visavam imprimir critérios médicos no trato dos bebês, com o propósito de diminuir a mortalidade infantil. Com o desenvolvimento da intervenção biomédica, a própria mulher transformou-se em objeto privilegiado de análise.

Os efeitos das preocupações médicas e as descobertas científicas em fisiologia, anatomia e microbiologia sobre o corpo da mulher foram responsáveis pela introdução de uma cultura de cuidados que, se por um lado retirou a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo e sexualidade, por outro liberou-a de alguns dos pesados ônus da opressiva moda do século XVIII, sempre em nome da ciência e da sanidade, como as saias com longas caudas – consideradas anti-higiênicas por carregarem para dentro de casa os germes da rua – e o espartilho, antigo algoz de nossas bisavós, cujo uso passou a ser regulado pelos médicos em nome da saúde do corpo, como mostram as notas abaixo, extraídas de periódicos manauaras:

O Dr. Sanarelli recomenda que as pessoas gordas (homens e mulheres) usem de preferência os espartilhos fabricados pela casa América de Montevideo, que, sem prejudicar organismo, dá [sic] elegância e fazem desaparecer a gordura.

O mesmo diz que as pessoas magras (homens e mulheres) não devem espartilhar-se, por quanto os tecidos não podem resistir aos arrochos de um espartilho desde que não os amarre uma grossa camada de carne ou banha – de um jornal do sul. (O Rio Negro, 7 dez. 1897)

Mulheres ‘fora da ordem’

A medicina também foi responsável por tornar patológicos os comportamentos considerados desviantes, contribuindo para a

segmentação social em novas bases. ‘Casa’ e ‘rua’ surgiram como categorias relacionais nesse processo (DaMatta, 2000), acarretando distinções arbitrárias no discurso social. A distinção entre os dois espaços, no caso da mulher, relacionava-se principalmente ao exercício da sexualidade, cujo entendimento baseava-se na cisão radical entre ambos, o primeiro tido como o saudável e o segundo, como degenerado. Porém complementares: o exercício do prazer só seria possível no mundo da prostituição; no lar, o sexo tinha finalidade reprodutiva. A seguir veremos como os jornais de Manaus abordavam as mulheres que estavam em um dos extremos dessa diferenciação: as prostitutas.

Várias eram as denominações pejorativas para as mulheres que exerciam o ofício da prostituição, continuamente ou não, nos jornais de Manaus do final do século XIX e início do XX – “decaídas”, “marafonas”, “rameiras”, “horizontais”, “cocottes”, “polacas”, “cuiñas”, “bacantes” e “ratuínas” –, reflexos dos confusos sentimentos que a prostituição despertava na mente de homens e mulheres relacionados aos conflitos das definições modernas de papéis sexuais. Assim como nos outros segmentos sociais, entre as prostitutas havia uma marcada hierarquia social. A célebre imagem da prostituta em luxuosos cabarés, mantida pelos ricos donos de seringais, só era real a um reduzido número de mulheres. Em Manaus a prostituição mais comum era aquela ‘de rua’, de maior visibilidade e vulnerabilidade, alvo constante de ataques por parte da imprensa local e das ações governamentais destinadas a coibi-la.

Entretanto, analisar pela base espacial as hierarquizações entre prostitutas pobres e abastadas, dividindo-as entre aquelas que exerciam a atividade nas ruas e praças e as que recebiam seus clientes em casas de tolerância, parece insuficiente para dar conta de outras questões subjetivas das relações sociais expressas nos jornais. Nos aspectos de diferenciação entre essas mulheres emerge com destaque a cor da pele. Segundo Tomas Orum (2001, p.89, 90), que analisou a prática da prostituição em Manaus e Belém no final do século XIX, as mulheres mais valorizadas eram aquelas que destoavam da população local, das caboclas e mestiças de pele bronzeada: *“In Manaus observers called attention to the ‘few of pure white race’ and females a ‘long way from being white’. Amazonians, according to an English botanist, were a pale coffee colour.”*

Havia, no sucesso das meretrizes européias, um forte componente etnorracial: mulheres alvas e com sotaques estranhos foram logo associadas a um dos tantos signos de *status* dos poucos que enriqueceram com a borracha, tais como animais raros ou bens exóticos que só o dinheiro poderia comprar.

These women were identified in the Amazon as “Panchita de Fulano” or “Margot de Sicrano,” being, as one author surmises, a form of public

demonstration of economic power. To be seen in the company of an elegantly coiffed and fashionably dressed non-Brazilian Caucasian definitely earned socio-economic status for those who could afford the expense. (Orum, 2001, p.90)

Segundo Jeffrey Needell (1993), a partir de 1850 o Brasil começou a receber um grande número de migrantes francesas. As primeiras ‘polacas’, como eram chamadas as prostitutas oriundas da Europa oriental (austro-húngaras, romenas etc.), teriam chegado ao Rio de Janeiro em 1867. O termo acabou popularizado e transformou-se em designação genérica das mulheres européias que exerciam o ofício da prostituição, indiferentemente de sua etnia ou nacionalidade. Por conta disso, havia certa confusão entre o uso das palavras ‘francesas’ e ‘polacas’, ambas usadas para denominar as brancas européias que exerciam a ‘profissão mais antiga do mundo’.

Orum (2001) chama a atenção para um fato até então pouco explorado na historiografia local: a grande presença de judias exercendo a prostituição em Belém e Manaus, no início do século XX. Segundo o autor, com a depreciação das condições de vida na Europa oriental (especialmente Rússia e Império Austro-Húngaro) pelas guerras constantes, a partir de 1880 parte expressiva da população judaica desses lugares migrou para outras regiões da Europa e do resto do mundo. Somam-se a esses conflitos outros cataclismos sociais nos anos posteriores, como a grande fome de 1891 na Rússia e a epidemia de influenza (gripe espanhola) que varreu a Europa a partir de 1893, além de um quadro de grande mobilidade de pessoas, muitas das quais se sentiram atraídas pelas promessas de enriquecimento rápido no Novo Mundo.

Para Orum, a dificuldade em encontrar evidências sobre a participação de mulheres judias exercendo a prostituição no *demimonde* da Amazônia deve-se à confusão de identificação entre ‘francesas’ e ‘polacas’, que serviu bem para mascarar as judias, a maioria migrantes européias. Se no Velho Mundo a perseguição religiosa era o principal motivo para que ocultassem suas identidades, no Novo Mundo as razões eram outras: muitas dessas mulheres, com fenótipos semelhantes aos das francesas, passavam-se por estas para se beneficiarem do seu alto valor no mercado sexual local, como observa indignado um viajante francês em visita ao Brasil: “*Todos as estrangeiras que falam duas ou três palavras em nova língua declaram-se franceses*” (D’Assier citado em Orum, 2001, p.93).

A cultura francesa urbana em seus diversos aspectos como língua, culinária e hábitos, entre os quais a freqüência aos cafés, era cultivada em Manaus e outras capitais brasileiras como símbolo de refinamento e traço de civilização. Além disso, as inovações nos meios de transporte, como a maior velocidade dos navios transatlânticos, possibilitaram a ‘diminuição’ das distâncias e melhoraram a

comunicação e o comércio com a Europa. Por conta dessas facilidades, as elegantes locais podiam vestir-se conforme a última moda de Paris, e eram várias as casas comerciais especializadas na importação de roupas e demais artigos de luxo do ‘mundo civilizado’. É o caso da tradicional Au Bon Marché, loja de roupas para senhoras, existente até os dias atuais, na avenida Sete de Setembro (antiga rua Municipal), não por acaso batizada com um nome em francês para combinar com a idéia de elegância que a loja queria transmitir. A partir desse verdadeiro culto instituído à França, não é difícil imaginar como a companhia de uma *cocotte* era valorizada.

No esforço de situar os discursos que circulavam sobre a prostituição, várias foram as tentativas de formulação de teorias que dessem conta de explicar o assim colocado problema. O rompimento do Estado republicano com a Igreja, muito mais do que fortalecer o primeiro, trouxe uma série de transformações no modo como a sociedade burguesa via a si própria. A busca pela compreensão dos fenômenos sociais externas às tradicionais teses teológicas estruturava explicações fora dos critérios religiosos e dentro de uma moral leiga e antropocêntrica, defensora da ordem e de tudo que fosse necessário para manter o que considerava ser a sanidade dos espaços e indivíduos. Juristas, criminólogos, médicos e outros profissionais tomaram para si a tarefa de discutir a prostituição e as formas de lidar com ela.

A prostituição não seria discutida apenas como um fenômeno orgânico ou patológico, mas também como uma consequência do meio social e da miséria econômica (Simmel, 2001). O meretrício, de acordo com essa abordagem, seria inevitável, pois parte significativa de mulheres somente poderia garantir sua sobrevivência por meio da prostituição, à medida que as crises sociais se agravassesem. As explicações, contudo, espelhavam as diversas nuances que a questão da sexualidade possuía para homens e mulheres. Segundo diversos pensadores, para os homens a prostituição seria uma necessidade social, uma espécie de antítese do lar doméstico, sendo portanto inviável a coibição da prática. Esses pensadores defendiam a regulamentação da profissão como forma de controle das doenças, e suas idéias chegaram a influenciar, mais tarde, vários empreendimentos de normatização da sexualidade nas cidades. Aos homens, portanto, era concedido o privilégio do exercício da sexualidade como forma de prazer; às mulheres, somente como forma de sobrevivência. E ainda assim era a elas que se direcionavam as punições e práticas coercitivas.

Exemplos dessa concepção estavam na legislação, a exemplo do enquadramento do chamado ‘atentado ao pudor’ no Código Penal Brasileiro de 1890 (decreto n. 847, 11 out. 1890): tido como modernizador, com a missão de superar as antigas leis do Império, constituiu mais uma estratégia para perseguição das meretrizes e da

cultura social da qual eram parte. O artigo 282 do Código Penal previa punição legal para todo aquele que ofendesse “os bons costumes com exibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios ao pudor, praticados em lugar público”.

⁴ Segundo o Código Penal de 1890 (decreto n. 847, 11 out. 1890), por vadiagem entendia-se: “Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a sua subsistência por meio de ocupação ofensiva da moral e dos bons costumes ... Pena – Prisão celular por 2 a 6 meses”.

Outra forma de criminalizar a prostituição foi a sua equiparação à vadiagem,⁴ outra categoria constante do Código Penal. Para as meretrizes e mesmo para as demais mulheres do povo, contudo, a ação policial de combate à vadiagem não passou de uma forma de reprimir suas existências. Alegando que nas ruas onde se explorava o meretrício as decaídas exhibiam-se escandalosamente, ofendendo o pudor público, falando palavras obscenas ou provocando debochadamente os transeuntes, as autoridades policiais procuravam enquadrar esses atos como crimes. Os jornais tomaram parte ativa nesse sistema repressivo, constituindo-se seus articulistas em legítimos parceiros do policiamento moral urbano, como mostram a nota seguinte: “Foram presas e recolhidas a gaiola Xica Pau D’água, Sarah Velha e Maria Amélia. Todas por darem escândalo na Rua Independência, onde residem.” (O Chicote, 23 ago. 1914)

Nas referências que encontramos nos jornais, raramente as prisões tinham por justificativa contravenções à legislação, sendo frequente o uso de expressões obscuras como “presas por escândalo” ou “presas por falar obscenidades”, como no trecho que segue: “Foram recolhidas ao gallinheiro as ratuinas abaixo: Não-Me-Lasque (lá ella), a negra Angelina, Rata da Emília Moraes, Vagabunda Sinhá, todas por andarem com palavras obscenas.” (O Chicote, 1º jan. 1915)

Se por um lado a prostituição não era um problema novo, sendo conhecida desde os primórdios da humanidade, nessa época novas explicações foram engendradas para explicá-la e solucioná-la, dentre as quais destacam-se as teorias que relacionavam a prostituição moderna ao fenômeno urbano sendo, de acordo com esta ótica, um efeito inevitável da vida nas cidades. Para o ideal de higiene e sanidade social valorizado pelas camadas letradas, a prostituição passou a denotar um contraponto a esses valores, relacionada que estava a um descontrole da mulher e de seu corpo – peça fundamental no projeto civilizatório moderno. Os jornais, por sua vez, atribuíam ao combate à prostituição papel fundamental para a imagem de cidade civilizada desejada pelo projeto instaurado pelas elites.

Não é esta a primeira nem a segunda vez que chamamos a atenção contra o procedimento indecoroso de certas “rameiras” da Estrada Epaminondas e com justa razão. O modo de proceder destas mulheres, n'esta Zona, constantemente transitada por famílias, é uma verdadeira afronta às nossas leis e aos nossos brios de povo civilizado. (O Chicote, 20 fev. 1909; grifos meus)

Embora as causas sociais preponderassem na explicação do meretrício, subsistiam análises de viés patológico. As prostitutas eram, em várias partes do mundo, objeto de estudos de psiquiatras e médicos que tentavam explicar esse comportamento tido como desviante com base em teorias que se apropriavam dos conceitos do evolucionismo social para defender a propensão biológica da mulher ao descontrole sexual. É este o caso do célebre trabalho de Cesare Lombroso, *La dona delinquente*, citado por Gilman (1985), que serviu de inspiração para muitos outros na mesma linha, como os do médico brasileiro Alexandre José de Mello Moraes (Carneiro, 2000) e do jurista Eduardo Viveiros de Castro (Esteves, 1989).

Apesar das calorosas discussões, entre os pensadores da época, acerca da possibilidade ou não de a mulher obter prazer através dos atos sexuais, é notável como a obsessão moderna em classificar comportamentos pela dualidade ‘normal’ e ‘patológico’ tenha, por um lado, encontrado na meretriz um objeto perfeito para as investigações de disciplina moral e sanitária e, por outro, gerado uma ideologia da prostituição como ‘mal necessário’ (Jušek, 1995), além de originar separação abissal entre as mulheres tendo por parâmetro o aspecto sexual. Segundo Dias (1999, p.149), em Manaus o discurso sobre a prostituição vinha sempre associado à transmissão de uma série de moléstias, e a intervenção do governo era propagada como uma forma de proteger a saúde do povo e manter a moralidade. Sob tal lógica, a sexualidade por si era considerada algo degenerativo, tida como um traço de primitividade, e um dos pré-requisitos para a civilização consolidar-se seria o seu controle. Não é de estranhar, portanto, que em Manaus, cidade emblemática da modernidade, a tentativa de controle e submissão ideológica da vida sexual tenha adotado formulações em grande parte ilustradas no embate natureza *versus* cultura nos trópicos. A imprensa veiculava a opinião de iminentes homens locais sobre a questão, e geralmente eram rejeitadas tanto as abordagens sociais quanto as ‘patológicas’, prevalecendo o apelo à moralidade como justificativa para seu combate. M.J. Castro e Costa, citado por Dias (1999, p.62), apressou-se em esclarecer sua posição e manteve-se firme contra a importação dos ‘estrangeirismos’ representados pelas teorias explicativas do fenômeno e pelas iniciativas de intervenção ‘positiva’ do Estado, que não mais teria a tarefa de coibir a prostituição, mas antes de regulamentá-la e normatizá-la com ações como o registro das prostitutas e sua medicalização.

Entre os assuntos que mais me preocupam, acha-se o da prostituição. Sou contrário, por observação científica e prática, à regulamentação desse comércio ilícito. Sou mesmo de parecer que com a regulamentação da prostituição abre-se uma fonte para o lenocínio e o Estado que assim o entender, na minha fraca opi-

nião, contribui involuntariamente para esse novo crime sem conseguir atenuar aquele mal. Se examinarmos a regulamentação Francesa e Belga e mesmo as do Rio Prata, veremos que a regulamentação não produz os resultados a que se propõe. No entanto, julgo necessária a maior vigilância e critério por parte da polícia, com relação a essas infelizes, de forma que seus desregramentos não venham prejudicar a terceiros nem ofendam a moral pública. Existem nesta capital alguns hotéis ou coisas que melhor nome tenham onde se acotovelam meretrizes, sendo que alguns desses estão situados em lugares muito freqüentados pela população, tornando-se bastante difícil manter a moralidade que é preciso...

As opiniões podiam divergir em alguns pontos, mas de modo geral a tendência era a opção pela manutenção da situação sem a ingerência do Estado, ou mesmo pela condenação contundente da prostituição ou qualquer questão a ela relacionada. O poder público, por seu turno, tinha várias formas de se manifestar quanto ao ‘problema’, com atitudes marcadas pela contradição entre as ações e os discursos dos políticos e moralistas. Dias (1999, p.150) cita o combate às ‘casas de diversão’ pela Intendência de Polícia de Manaus, que buscava dificultar ao máximo o funcionamento desses locais onerando-os com pesados impostos. Nessa campanha moralizante, os jornais tiveram papel importante, pois canalizavam as queixas e denúncias dos “zelosos cidadãos” contra o que consideravam um atentado aos bons costumes e à imagem da cidade.

O projeto de civilização que se encontrava em curso estabeleceu uma vigilância contumaz e sistemática sobre as atividades das meretrizes por parte do poder público, que assumiu como tarefa o saneamento – moral e físico – da cidade, no que era apoiado pelo pensamento científico da época, que intentava intervir de forma contundente no regime da economia sexual ‘ilícita’ representada pela prostituição e pelas demais ‘anomalias’ sexuais. Criava-se a esfera da individualidade e intimidade apenas para ser invadida, moldada e normatizada.

A perseguição ao modo de vida dessas mulheres não se restrinjava, contudo, às páginas dos jornais; o projeto moralizante da elite buscava segregar espaços e delimitar domínios. Se por um lado a companhia das meretrizes brancas era considerada símbolo de *status* por certos homens, por outro elas eram claramente avisadas sobre os limites dessa tolerância, especialmente em lugares públicos como o cinema – coqueluche da época –, onde eram indesejáveis:

Ao ghichet do Cinema Rio Branco assoma um rosto oval empoado, cold-cremado e artisticamente pintado de uma horizontal. Dá por momentos a ilusão de uma miniatura de esmalte, brilhando à luz indecisa da Manáos Light... – Uma cadeirra si fachi favor,

pede ela n'um português de contrabando... – Não há, respondem-lhe. – Hein? Não há? Mache non tem ninguém! – É que... não... nós não podemos vender bilhetes a vocemecês... Isto é só para famílias... – Orra non, há! Isto só aqui sucede... é uma pouca verrgonhe... E a horizontal, furiosa contra a moralidade que parece expurgar de Manaus a lama viciosa dos aventureiros, foi-se pela rua afora batendo os tacões de pau na calçada... (Correio do Norte, 18 abr. 1912)

Apesar da segregação a qual estavam sujeitas, havia eventos em que as mulheres separadas pela ordem social podiam ser vistas juntas, dividindo por algumas horas o mesmo espaço, como os bailes de carnaval. Tal ‘mistura’ não passava despercebida pelos jornais, que a denunciava e criticava. Os periódicos deixavam claro seu desejo de manter as ‘mulheres da rua’, pelo menos nessa época do ano, em casa, ou melhor, invisíveis, como mostra o comentário a seguir:

Domingo passado, no jardim publico a diversão carnavalesca primou pela sua grande afluência de alta aristocracia. Senhoritas, d'aquellas de feições alegres que deixam boiar nos seus carminados lábios angélicos risos, como se fossem pétalas das pallidas camélias nadando n'um mar de orvalho; tão interessantes e bellas vimos as senhoras de cabelos desgrenhados correndo jardim afora, debaixo d'uma chuva de confetti multicores. Um delírio imenso dominou o jardim público n'aquelle dia correndo uma melhor ordem; porém duas cousas unicamente censuramos, porque achamos de conveniência corrigirem-se de alguns caixeiros de bodega que se atiram despidosamente sobre as senhoritas, atirando-lhes confetti, usando n'este meio a falta de consideração que deveriam ter. E a outra são as *bailarinas do mundo* que faltam com o devido respeito a este lugar público, freqüentado por famílias, julgando ser o jardim de seus indecentes hotéis bailariniacos, onde a falta de escrúpulo escandalisa a phisionomia dos seus proprietários. (A Máscara, 17 fev. 1910; grifos meus)

A diversidade de tipos humanos em Manaus, além dos conflitos entre as classes, gerou uma cultura urbana própria, expressa em danças de salão como o maxixe e a freqüência ao cinema, aos bailes, às cervejarias e aos cafés, tal como em outras cidades do mundo (Chalhoub, 2000). A rua era um espaço aberto para a diversão, e a vida boêmia floresceu em Manaus junto com a urbanização e a importação dos hábitos europeus. A cultura urbana comportava uma gama enorme de manifestações que não estavam circunscritas a uma classe determinada, mas que tiveram, porém, sua expressão mais contundente entre as camadas baixas e entre as ‘mulheres da rua’.

As diversões dessas mulheres contrastavam com os eventos sociais da elite, sempre noticiados favoravelmente nos jornais locais. Longe dos inocentes saraus familiares, a boêmia de Manaus adotava hábitos estrangeiros como a cerveja e o chope, servidos gelados nos bailes e nas confeitarias da cidade após a introdução dos refrigeradores. São também ícones da época a Pensão da Mulata, o bar High Life, o hotel Cassina e os clubes fundados para colônias de estrangeiros – o Bosque Club dos ingleses, o Luso Sport Club dos portugueses e o Ideal Club, símbolo das aspirações de refinamento e de uma ‘vida ideal’, por parte da elite (Daou, 2000). Uma das diversões preferidas eram os bailes, descritos por Ana Maria Daou (1998, p.55) como ‘rituais de civilização’, pelo seu papel de eventos de manutenção ou reforço da elite. Os símbolos de refinamento iam desde a exigência de trajes caros, adquiridos nas lojas importadoras locais – como no baile veneziano oferecido ao governador do Pará durante sua visita à cidade em 1897 (*O Rio Negro*, 13 nov. 1897) –, até as jóias oferecidas como lembranças dos eventos.

No outro extremo estavam as ‘mulheres da rua’, cujas expressões lúdicas eram alvo de constante vigilância. Seus espaços demarcados geograficamente pelas ruas onde geralmente concentravam suas moradias – Costa Azevedo, Itamaracá e Dez de Julho, os bares e salões que freqüentavam, as músicas que ouviam e dançavam e até mesmo brigas e relacionamentos figuravam nas páginas dos pasquins locais. Elas também tinham sua versão própria de bailes, e realizavam-nos mesmo sob o olhar atento da polícia e dos jornalistas locais, que não poupavam comentários indignados, como no trecho que segue:

No Baile

Munidos de competente cartão-convite, fomos no dia 16 distraímos as idéias à casa de Madame Helena, mas triste decepção, quando julgávamos encontrar uma festa encantadora, deporousse-nos [sic] logo à queima-roupa uma legião de formosas e castas damas da Costa Azevedo e outras. A sala despida de qualquer ornamento que agradasse, era de mosaico. Entramos e num relance de vista ficamos a par das bellezas que alli se encontravam. Entre os folgazões achavam-se conhecidos, valentes que queriam a viva força matar alguém pacato como Mousieur de... Patocas. Sahimos completamente aborrecidos, e daqui desta columna pedimos à Madame Helena que para outra vez offereça nos [sic] uma festa mais... lisonjeira. (*O Parafuso*, 7 jan. 1912)

Os bailes do ‘populacho’ eram espaços de alegria e liberdade, onde as manifestações da cultura urbana eram expressas mais intensamente, mas também eram palcos de conflitos entre personagens da cidade, estrangeiros, militares, marítimos, meretrizes, e não raro ocorriam brigas, desavenças e disputas amorosas.

O Baile Argentina

No baile realizado na casa dessa marafona, soubemos que esteve bastante concorrido por grande número de ratuinas e distintos cavalheiros. E como não nos sobra tempo para declarar tudo que se passou naquele “coito”, adiantamos apenas que houve muitos barulhos, sahindo em cena a falla do prático “Mundico”, ferido por uma “pitomba” arremessada por um militar, terminando por este facto o mesmo baile. (O Chicote, 6 jul. 1913)

Os males da paixão

Uma das questões mais presentes no processo de exaltação da ciência médica e nos discursos sobre corpo, gênero e sexualidade era a ‘ameaça venérea’ que preocupava os gestores públicos das áreas urbanas: a sífilis. A partir da segunda metade do século XIX, na maioria dos países ocidentais, a sífilis e as outras doenças venéreas emergiram como uma ameaça sanitária, individual e coletiva, percebida pelos governos e profissionais de saúde.

Segundo Carrara (1996), os registros das manifestações de sífilis são, todavia, bem anteriores, embora várias moléstias sexualmente transmissíveis fossem reunidas sob essa denominação. Para além das controvérsias sobre seu local de origem – alguns estudiosos defendiam que a sífilis provinha do Novo Mundo e outros sustentavam que se tratava de uma antiga moléstia do Velho Mundo –, foi a partir do século XIX que a sífilis tornou-se objeto de atenção das academias de medicina, por constituir uma espécie de concretização dos principais temores modernos: uma moléstia aparentemente provocada pelos excessos sexuais, a comprometer a saúde das futuras gerações.

Apesar de notória a relação entre a maior visibilidade da doença e a maior liberalidade sexual no meio urbano, para Carrara a importância dada à sífilis não poderia ser explicada apenas por um recrudescimento epidêmico, nem muito menos pelo agravamento de suas manifestações, visto que os médicos de modo geral concordavam que a doença perdera, com o passar do tempo, seu caráter agudo e grande parte dos sintomas aparentes. Para o autor, o crescente interesse pela sífilis deve ser atribuído a profundas transformações do saber e da técnica médicas que, ao longo daquele século, alteraram radicalmente os contornos nosológicos da doença, ‘revelando’ uma gravidade até então insuspeitada (p.17). O autor refere-se ao detalhamento científico que possibilitou a especificação da sífilis e o seu ‘isolamento’, visto que durante muito tempo o termo fora relacionado a uma série de moléstias venéreas de etiologia diversa. Por outro lado, os vários termos que passaram a ser conferidos pelos médicos à doença (mal-gálico, lues venérea ou avaria, gonorréia ou blenorragia e cancro mole) revelam a perda pro-

gressiva de sua conotação de ‘pecado da carne’, rumo a uma abordagem mais ‘científica’.

Entretanto a denominação sífilis para qualquer tipo de mal venéreo ainda era corrente entre as camadas populares da Amazônia, onde a doença não constituía, na opinião de cientistas como Oswaldo Cruz, um problema realmente relevante. O sanitarista considerava que a maioria das queixas de agravos a ela atribuídas tinha origem em quadros de leishmaniose ou outros problemas de pele:

O diagnostico da syphilis cabe erradamente à maioria das affecções cutaneas na Amazonia. Especialmente a leishmaniose, nos seus variados aspectos clinicos, fornece às estatisticas, ou melhor, às apreciações leigas e profissionaes sobre a epidemiologia da Amazonia, o grande contingente de erros que malsinam aquella região como um dos maiores fócos do morbus gallictus. E, praticamente, observam-se a consequencia daquella interpretação defeituosa no objectivo que levam todos os doentes, portadores de affecções cutaneas, aos clinicos, de quem solicitam sempre a applicação do 606...

Existe, é certo, na Amazonia, especialmente nos centros populosos, um coeficiente epidemico bastante elevado pela syphilis. Não excede, porém, ahí, a intensidade dessa molestia ao observado por toda a parte. Nas regiões do interior, ao que observámos, somos mesmo levados a considerar a syphilis relativamente rara. (Cruz, 1972)

Os trabalhos do médico Alfredo da Matta também não revelam grande preocupação com o problema. Em *Geografia e topografia médica* (Matta, 1916) de Manaus, ele classifica as doenças do sexo numa grande categoria, as moléstias cutâneas, que incluíam “a ferida brava, a esponja e o gálico” (p.66).

Os jornais porém começavam a utilizar termos obscuros para designar doenças de transmissão sexual. Embora os periódicos direcionassem a maior parte de seu conteúdo a um público masculino, o aparecimento de seções de folhetim, moda e etiqueta social denuncia o ingresso das mulheres ‘de casa’ como leitoras do jornal. O uso de gírias e expressões nebulosas certamente tinha como objetivo resguardar os olhos castos das possíveis leitoras, além de negar a estas um conhecimento maior sobre tal tipo de moléstia, como mostra o emprego de uma estranha analogia equina, encontrada em referências como a que segue: “Vão ser recolhidas à Santa Casa, devido a grande *cavalaria* em que estão montadas, as seguintes mesquilotas: Maria Encrena, Não-Vou-Nisso, Jovita, Joana Peruana, Burra Cega, Esther Duró, Luiza Peito de Aço, Bucho Quebrado, Leonor, Hellena Gallinha, Vallerita e Matta Homem” (O Chicote, 20 fev. 1914; grifos meus).

No século XIX a sífilis era um dos maiores problemas de saúde nas grandes cidades do mundo. Os avanços na descoberta de novos medicamentos eram lentos e proliferavam soluções caseiras, permeadas por superstições culturais locais. No final daquele século, porém, as descobertas relacionadas a novos tratamentos ocorreram em uma maior velocidade, disponibilizando ao cidadão comum maiores possibilidades de tratamento. Em 1879, Albert Neisser descobriu o agente responsável pela blenorragia e batizou-o com o nome de gonococo. Em 1905 Schaudinn e Hoffmann descobriram o *Treponema pallidum*, o agente da sífilis. A descoberta da penicilina por Fleming em 1922 e, posteriormente, a sua utilização contra o *Treponema pallidum* e o gonococo permitiram obter a primeira grande vitória sobre essas doenças venéreas, de tal modo que muitos acreditaram em sua erradicação. Uma das grandes conquistas nesse campo foi o desenvolvimento do medicamento injetável Salvarsan ou 606.

Para Obregón (2002), o Salvarsan foi, na época, a mais importante descoberta na luta contra a sífilis. Basicamente, o medicamento constituía-se de um composto de arsênico, criado pelo médico Paul Ehrlich em 1909, a partir da descoberta de que o arsenobenzol proporcionava o desaparecimento dos sintomas da doença. A droga foi batizada de Salvarsan por motivos que não são difíceis de perceber, se considerarmos as marcas físicas provocadas pela sífilis, que o novo medicamento evitava. O número pelo qual o medicamento também ficou conhecido deve-se ao fato de ele ter sido o 606º experimento com compostos de substâncias arsenicais.

Em seu relatório sobre as condições de vida e saúde no “Valle do Amazonas”, Oswaldo Cruz (1972), referindo-se mais especificamente à província do Amazonas, chama a atenção para a grande utilização das injeções de 606, mesmo para tratamento de agravos não relacionados à sífilis, o que tornava o remédio inútil: “Também este prodigioso medicamento de Ehrlich muito depressa teve introdução na Amazonia, mesmo nas regiões do interior, onde a sua applicação está muito diffundida, infelizmente sem corresponder às indicações precisas, o que constitue uma razão lastimável do desprestígio do remédio” (p.147).

O uso do medicamento, de fato, era popular em Manaus. São várias as referências nos jornais, que o relacionavam sobretudo às mulheres marginalizadas:

Relação nominal das marafonas que dia-a-dia vão emprestando à notrida e esperançosa rapaziada desta capital e que precisam o quanto antes de tomarem algumas injeções do específico 606: Maria Emilia, Maria Preta, Maria Rosa, Maria Jary, Maria Não-Vou-Nisso, A Jardineira Bangueira, A sem-cura Vicênciaria, A Portuguesa Benedicta, A pilota Ignez, Idalina Buchuda, A Bucho-de-

Sapo Adélia Polaca, Anna Colibry, Enedina Bahiana, Josepha Galinha, Maria Thereza, Maria Augusta, Raymunda Duquesa, Maroca Pirarara, Luiza Três-Buracos, Marcolina Velhota, Felícia Pé-de-Ouro, Sinhá Gallinha, Maria Bucho-Quebrado, Chica Piolho. (O Parafuso, 7 jul. 1912)

O uso de medicamentos contra doenças venéreas não era exclusividade das ‘mulheres da rua’, mas certamente a vigilância exercida sobre elas as expunha muito mais abertamente aos olhares públicos. Os jornais expressavam esses olhares condenatórios, e o uso de medicamentos como o 606 acabava funcionando como mais um signo de distinção entre as mulheres. Os articulista de *O Chicote* de 7 de novembro de 1915, por exemplo, denunciavam certa Maria Reboque, que teria sido vista na Pharmacia Humanitária comprando mercúrio “para espantar uns bichinhos que tem, semeados pelo corpo”, nas palavras do articulista.

Mesmo o recolhimento das meretrizes em casa – por vezes tão degradante fisicamente quanto a própria doença – para tratamento da moléstia, não passava despercebido aos olhos vigilantes da imprensa. O 606, como já foi dito, era um composto à base de arsênico, o que trazia como consequências a seus usuários debilidades físicas que também eram motivo de atenção por parte da imprensa: “Acha-se acamada a muitos dias a megera Julia, da Rua 10 de Julho, devido aos efeitos rápidos que sentiu depois que começou a fazer uso das injeções ‘606’.” (O Raio X, 21 nov. 1912)

Conclusão

A Manaus de fins do século XIX e início do século XX é a síntese das representações da relação entre natureza e cultura. Subjetivamente, essas representações repercutem a concepção de um mundo natural contra o qual a civilização trava uma luta para se impor. De certo modo as relações sociais de gênero e sexualidade refletiam os paradoxos daí decorrentes. As tentativas de normatização das condutas e dos padrões de comportamento para os corpos, por parte do poder público, esbarra continuamente na forte herança sociocultural não-ocidental, fosse ela indígena ou cabocla, no meio urbano. Assim sustentou-se o primeiro dos pontos de tensão entre a racionalidade civilizatória e as formas culturais locais, que de certo modo deu a tônica das ações das políticas públicas e das formações discursivas engendradas, no seio da sociedade, para a transformação do Porto de Lenha em Paris dos Trópicos – esforço que começava, invariavelmente, pelo controle do corpo da mulher.

O período compreendido entre 1895 e 1915 é um dos mais abordados pela literatura sobre a Amazônia. Muito estudado do ponto de vista da economia regional e da história do pensamento social, ainda são poucas as análises acerca das tensões relacionadas à ques-

tão de gênero e sexualidade no período, especialmente no Amazonas. As constantes generalizações e naturalizações das quais esse aspecto é alvo contribuem para uma banalização das diferenças de poder entre os sexos, naturalizadas e relegadas a segundo plano em prol da análise de outros aspectos. Contudo é inquietante descobrir, por trás da placidez da ilusória ausência de tensões, as lutas, as disputas e as resistências a um sistema altamente articulado, cujo objetivo era restringir a mulher a um papel subordinado.

Enquanto na Europa presumia-se viver uma crise estrutural e moral, a pequena Vila da Barra transmutava-se em metrópole das selvas, totalmente sob parâmetros de uma era de promessas de resolução dos problemas da humanidade através da técnica. Manaus nasceu em meio à euforia do luxo de alguns e miséria de muitos, conjugando a nostalgia de um passado que não viveu – personificada no estilo neoclássico de seus edifícios – ao desejo de um futuro que mal sabia que não teria. Por volta de 1920, quando as mudas de seringueira contrabandeadas para a Malásia começaram a produzir látex em escala comercial, a Amazônia perdeu seu lugar como principal exportador do produto e seguiu-se uma estagnação econômica na região durante cerca de quarenta anos.

No espaço urbano de Manaus as relações moldavam-se por uma espécie de mimetismo social, em que se adotava o modelo importado em detrimento de tudo que fosse autêntico. Junto com os livros que chegavam encaixotados nos navios, destinados a polir com o lustre da erudição os filhos da riqueza, chegavam as idéias modernas do amor como condição para o casamento, que caracterizou o ideal romântico expresso nos poemas diariamente publicados nos jornais, signo da civilização. Fora desse mundo idealizado, mulheres cuja identidade social não se enquadrava nos padrões valorizados exerciam suas sexualidades e suas posturas ‘subversivas’ – fosse na prática da prostituição, no adultério ou na união consensual – eram transformadas em alvo preferencial das campanhas moralizantes, empreendidas primeiramente pela Igreja e, mais tarde, pela ciência sanitária, respaldada em Manaus pelo ideal da elite em implantar um projeto civilizador na cidade, o que pressupunha a normatização e o controle dos indivíduos considerados indesejáveis, entre eles as mulheres pobres que tinham na rua seu espaço de alteridade.

A sexualidade desempenhava papel fundamental também na esfera das individualidades, na definição das identidades sociais. Essas, obviamente, não estavam apenas relacionadas à sexualidade, mas às diferentes formas de hierarquização como a econômica, a social e a de gênero, parte dos mecanismos de poder que interferiam na vida dos indivíduos na cidade. As configurações alternativas, chamadas sexualidades periféricas, contrapostas aos modelos hegemônicos, eram concretizadas nos comportamentos das ‘mu-

lheres da rua': meretrizes, atrizes, adúltoras, negras e arruaceiras. Suas identidades estavam relacionadas aos locais que freqüentavam, o espaço da rua, às suas atividades para garantir a sobrevivência em solo urbano e até às elaborações lúdicas das quais tomavam parte, como a dança de salão, os bares e outras expressões da cultura urbana.

Com a entrada da modernidade na região, a sexualidade ganha a atenção do Estado, da Igreja e da ciência em suas mais diversas dimensões: a saúde da mulher como sustentáculo para a 'saúde social', o controle da pobreza pela perspectiva malthusiana, a preparação de quadros de trabalhadores de corpo forte e moral saudável – tudo convergindo de forma direta ou indireta para a crítica do papel da mulher e determinando sua forma de inserção na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, Lileane P. de
2003 *Belle époque: dois atos, dois palcos.*
Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Letras,
Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Carneiro, Henrique
2000 *A igreja, a medicina e o amor: prédicas moralistas da época moderna em Portugal e no Brasil.* São Paulo: Xamã.
- Carrara, Sérgio
1996 *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40.* Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Chalhoub, Sidney
2000 *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.* Campinas (SP): Ed. Unicamp.
- Costa, Francisca D. Sena
1997 *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915).* Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Couceiro, Sylvia Costa
abr.-jun.
2004 Médicos e 'charlatões': conflitos e convivências em torno do 'poder de cura' no Recife dos anos 1920. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, v.5, n.10. Disponível em: www.seol.com.br/mneme/ed10/065.pdf. Acesso em: 2 fev. 2005.
- Cruz, Oswaldo
1972 Relatório sobre as condições medico-sanitárias do valle do Amazonas apresentado a Sua Ex^a o Sr. Dr. Pedro de Toledo – Ministro da Agricultura, Industria e Commercio. In: Cruz, Oswaldo. *Sobre o Saneamento da Amazônia.* Manaus: P. Daou.
- DaMatta, Roberto
2000 *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.* Rio de Janeiro: Rocco.
- Daou, Ana Maria
set. 2000 Instrumentos e sinais de civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.6, supl., p.867-888.
- Daou, Ana Maria
2000 *A Belle Époque amazônica.* Rio de Janeiro: Zahar.
- Daou, Ana Maria
1998 *A cidade, o theatro e o "paiz das seringueiras": práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX.* Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Dias, Edinéia
Mascarenhas
1999
A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920.
Manaus: Valer.
- Donzelot, Jacques
1986
A polícia das famílias.
2. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Elias, Norbert
1995
O processo civilizador, v.1.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Esteves, Martha de
Abreu
1989
Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Foucault, Michel
1998
História da sexualidade, 1: a vontade de saber.
Rio de Janeiro: Graal.
- Gay, Peter
1988
A educação dos sentidos: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud,
v.1. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gilman, Sander L.
1985
The Hottentot and the prostitute: toward an iconography of female
sexuality. In: Gilman, Sander L. *Difference and pathology: stereotypes of*
sexuality, race and madness. London: Cornell University Press. p.76-108.
- Jušek, Karinj
1995
A moralidade sexual e o significado da prostituição na Viena do *fin-de-siècle*.
In: Bremmer, Jam. (Org.) *De Sáfo a Sade: momentos na história da*
sexualidade. Campinas: Papirus. p.157-197.
- Martins, Ana Paula V.
2004
Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX.
Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Matta, Alfredo da
1916
Geografia e topografia médica de Manáos.
Manaus: Livraria Renaud.
- Mazzieiro, João Batista
1998
Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros 'delitos' –
São Paulo 1870/1920. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.18, n.35, p.32-39.
- Needell, Jeffrey D.
1993
Belle Époque tropical.
São Paulo: Companhia das Letras.
- Obregón, Diana
2002
Médicos, prostitución y enfermedades venéreas en Colombia (1886-1951).
História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.9, supl., p.161-186.
- Ortiz, Renato
1991
Cultura e modernidade: a França do século XIX.
São Paulo: Brasiliense.
- Orum, Thomas T.
2001
The women of the open door: Jews in the belle époque amazonian
demimonde, 1890-1920. *An Interdisciplinary Journal of Jewish Studies*,
Ashland, v.19, n.3, p.86-99.
- Pedro, Joana
1995
Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe.
Florianópolis: UFSC.
- Santos, Fabiane Vinente
2005
Mulher que se admira, mulher que se ama, mulher que se deseja: gênero e
sexualidade nos jornais de Manaus (1895-1915). Dissertação (Mestrado) –
Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do
Amazonas, Manaus.
- Simmel, George
2001
Filosofia do amor.
2 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Souza, Márcio
1998
Breve história da Amazônia.
São Paulo: Marco Zero.
- Trindade, José Ronaldo
1995
Mulheres de má vida: meretrizes, infielis e desordeiras em Belém
(1890-1905). In: Álvares, Maria Luiza M.; D'Incao, Maria Ângela (Org.).
A mulher existe: uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na
Amazônia. Belém: Gepem. p.41-50.

FABIANE VINENTE DOS SANTOS

JORNAIS DE MANAUS

A Máscara, 17 fev. 1910.

A Tribuna, 19 jan. 1911.

Correio do Norte, 18 abr. 1912.

O Chicote, 20 fev. 1909; 6 jul. 1913; 20 fev. 1914; 23 ago. 1914; 1º jan. 1915; 7 nov. 1915.

O Parafuso, 7 jan. 1912; 7 jul. 1912.

O Raio X, 21 nov. 1912.

O Rio Negro, 13 nov. 1897; 7 dez. 1897.

Recebido para publicação em novembro de 2005.

Aprovado para publicação em julho de 2006.